

Há algo de positivo no atraso? Consequências da chegada tardia da imprensa para a formação de um sistema literário no Brasil

Bruno Guimaraes Martins¹ (UFMG, PUC-Rio)

Resumo:

Quaisquer discursos que participam de uma noção de “atraso” tem como base uma projeção histórica linear. Não se trata de negar tal linearidade, mas de questionar a noção evolutiva implícita em tal raciocínio, que não só nos destina, eternamente, a uma posição irrelevante, mas encobre particularidades da nossa própria história literária. Se concordamos que certas prescrições normativas perdem suas forças na medida em que se afastam dos centros de onde são produzidas, talvez haja um certo privilégio em se observar a margem. Pois, se estar à margem implica em flexibilizar, adaptar, modificar, distorcer modelos. Neste artigo defendemos que foi justamente o “atraso”, ou seja, a constituição de um sistema tardio e secundário, o que proporcionou certas particularidades no sistema literário brasileiro, a saber, uma forte presença da oralidade que se figura numa verve cômica e corporal.

Palavras-chave: Sistema literário, imprensa, Brasil, historiografia.

Tarde; de[s]graçadamente tarde: mas em fim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses. (COSTA, Correio Braziliense, Vol. 1, outubro 1808, p. 394)

Escrevendo desde a longínqua Londres, aquele que se tornaria o patrono do jornalismo brasileiro, dirigiu suas palavras significativamente à posteridade, consciente da importância do que anunciara: inaugurava-se, afinal, a possibilidade de desenvolvermos nossa própria imprensa, de escrevermos nossa própria história. No entanto, o advérbio —“desgraçadamente”— já indicava algo de irreversível. Nossa história —cuja possibilidade mal se iniciara— estaria, para sempre, marcada pelo atraso. Neste artigo, revisitamos algumas das desventuras de nossas letras, com o propósito de encontrar nelas algo de positivo. Em outras palavras, buscamos na historiografia do *medium* capaz disseminar uma consciência histórica, elementos que sejam capazes de distinguir a formação de um sistema literário no Brasil. Vale ressaltar que nossos objetivos aqui se limitam à forma de estruturação particular do sistema, muito mais do que a identificação de manifestações singulares em obras literárias.

Desconsiderando-se a efêmera existência de poucas oficinas tipográficas no Brasil, anteriormente à chegada da corte portuguesa, é importante lembrar que a imprensa brasileira apresenta um percurso duplamente tardio, pois seu atraso se estabelece não só em relação ao seu surgimento na Europa, mas em relação às demais colônias do novo mundo. Historiadores apontam que tipografias trazidas às Américas espanhola e inglesa foram acompanhadas da urbanização de centros administrativos e da criação de escolas e universidades, ou seja, as prensas se inseriam em processos que ultrapassavam o aparelhamento burocrático ou o proselitismo religioso. Criou-se em algumas destas colônias condição de continuidade do processo de letramento iniciado nas metrópoles com a importação e formação de uma elite burocrática e eclesiástica. Na América espanhola em meados do século XVII, a maior parte das mais importantes cidades já possuíam oficinas tipográficas em pleno funcionamento¹. Por sua vez, na América inglesa, as prensas aportam em 1638 para servir à mítica

¹ “Entrou a tipografia no novo mundo oitenta e oito anos após inventada em 1533, pela sua porta mais civilizada: a da cidade do México, no vice-reinado da Nova Espanha. Três séculos levaria para cobrir o hemisfério; do México ao Domínio Britânico cento e cinco

Universidade de Harvard.

Enquanto espanhóis faziam de seus recém descobertos territórios uma extensão do reino, preocupando-se em enviar-lhes parte de sua elite que deveria por lá construir cidades e professar a fé, protestantes anglo-saxões de diversas origens, letrados pelo menos ao ponto de praticar sua religião aportavam para construir uma nova vida na América. Por seu lado, a Terra de Santa Cruz se configurou como entreposto comercial, seu extenso litoral convidava aventureiros e apadrinhados a transformar ousadia em lucros, modelo que não requeria sofisticação na infra-estrutura e urbanização. Pode-se afirmar que estes diferentes modelos de colonização resultaram em ao menos em uma diferença considerável no que diz respeito à formação de uma cultura letrada: no Brasil colônia, muito poucos eram aqueles capazes de ler e escrever. Enquanto na América hispânica a noção de continuidade justificaria as atrocidades do colonizador, as primeiras manifestações da formação de um sistema intelectual na colônia portuguesa são recorrentemente relacionadas a um ato extraordinário e religioso:

Na America portuguesa (...) a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa exceção. Ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade e inteligência que constituiu esta obra, e do que também aspirou a ser a colonização espanhola, o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado para vencer. Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial (...) os castelhanos, ao contrario, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. Se não é tão verdadeiro dizer-se que Castela seguiu até ao fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos a intenção e a direção inicial foram estas. O afã de fazer das novas terras mais do que simples feitorias comerciais levou os castelhanos, algumas vezes, a começar pela cúpula a construção do edifício colonial. (HOLANDA, 2006, p. 101)

A cúpula do letramento construída na América espanhola erige uma espécie de edifício cuja estrutura não tem raízes, que se impõe violentamente de cima para baixo. Já no século XVI mostrou-se a necessidade de se apagar vestígios nativos com o movimento assinalado pelo desenho urbanístico das cidades. O urbanismo geométrico tinha força suficiente para encobrir geografia e cultura estabelecendo um centro preciso, um grande retângulo no miolo da cidade chamado “plaza mayor”. Desde o centro, o poder da Igreja e a burocracia do Estado se disseminavam, fortalecendo a posição da imprensa como um meio de comunicação importante para cotidiano colonial. Como sintoma do sucesso em enterrar o passado destas ações “civilizatórias”, podemos lembrar que foram escavações para a construção de uma linha de metrô, na segunda metade do século XX, que fizeram surgir sob a gigantesca praça central da Cidade do México (El Zócalo), uma jóia da arqueologia urbana, as ruínas da antiga capital asteca, Tenochtitlán. Além de uma boa dose de acaso, quase cinco séculos foram necessários para redescobrir o passado que fôra encoberto pela história escrita do colonizador espanhol. Na América portuguesa, por seu lado, a quase inexistência de letrados e a interdição das tipografias proporcionou história diferente.

No caso do Brasil, mesmo a capital do vice-reino não contou com um prelo permanente antes de 1808. Isso foi possível, até certo ponto, porque o governo era tão elementar e o ritmo da administração tão lento que qualquer material podia ser enviada à metrópole para ser impresso. (...) Portugal mostrou muita paranóia com o risco de seus funcionários locais adquirirem algum grau de independência, e, quando o governador de Pernambuco, em 1703, e o governador do Rio de Janeiro, em 1747, ousaram instalar um prelo, os dois receberam ordens para fechá-los assim

anos e ao domínio português duzentos e setenta e cinco.” (RIZZINI, 1968, p. 155). “Até o termo do século XVIII, a tipografia ingressou nos seguintes lugares da América espanhola: Puebla de los Angeles, em 1640; Guatemala, 1660; Missões jesuíticas do Paraguai, 1700; Oaxaca, 1720; Havana, 1724; Santa Fé de Bogotá, 1738; Ambato, 1754, cuja oficina se transferiu em 1759 para Riobamba e em 1760 para Quito; Nova Valência, 1764; Córdoba, 1765; Cartagena das Índias e Nova Orleans, então relevando da Espanha, 1769; Santiago do Chile, 1776; Buenos Aires, já capital do vice-reinado do Rio da Prata, 1780; São Domingos, 1782; Porto Espanha, 1786; Santiago de Cuba, 1791; Guadalajara, 1792; e Vera Cruz, 1794.” (RIZZINI, 1968, p. 157)

que Lisboa tomou conhecimento de sua existência. (HALLEWELL, 2005, p. 65)

Ao investigar as motivações que levaram Portugal a reprimir a instalação de tipografias a partir de uma perspectiva da historiografia brasileira, buscamos identificar quais efeitos a ausência de uma imprensa própria no período colonial criou para a formação de uma cultura letrada no Brasil. Nota-se na historiografia brasileira que primeiro tratou a questão, uma obsessão pelo tema da liberdade, identificando a imprensa como a principal ferramenta para se almejar as luzes européias. Partindo de uma visão retrospectiva, a imprensa fora capaz de nos propiciar a liberdade, ou seja, através dela o país obteve sua independência da Coroa Portuguesa. Nos limitaremos aqui a reproduzir a síntese desta hipótese que justifica as restrições à imprensa a partir de motivações políticas, cuja intenção final seria o retardamento na emancipação política brasileira:

A imprensa demora a ser instalada no Brasil por razões essencialmente políticas, Portugal resguardando seus interesses de metrópole colonizadora, utiliza todos os recursos disponíveis para impedir o funcionamento de qualquer tipografia na colônia americana. Essa posição teria fundamento na intransigência dos dirigentes lusos ante a possibilidade de se concretizar a independência brasileira. (MELO, 2003, p. 98)

Historiadores confirmavam sua hipótese liberal constatando o vigoroso florescimento dos pasquins que incendiariam a política nos anos imediatamente anteriores à independência, depois que a chamada revolução liberal portuguesa publicou, em 1820, a lei de liberdade de imprensa, contaminada por movimentos similares na França e na Inglaterra. A favor desta argumentação algo idealista, está o fato de que a coroa portuguesa não tomou nenhuma iniciativa oficial para instalar prelos em sua colônia americana, diferentemente da bem sucedida introdução das prensas nas colônias asiáticas desde o início do século XVI². No entanto, é importante destacar que não haviam leis específicas para impedir a instalação de prensas na colônia brasileira. As cartas régias e provisões que repudiaram as iniciativas pioneiras sugerem uma reação a eventos pontuais cuja possibilidade remota de realização justificava a pouca preocupação dos legisladores.

Apesar de relevantes, as evidências que apontam motivações políticas para a interdição da imprensa não parecem suficientes. Ao se abster de sua função legisladora, a coroa portuguesa permitia que aventureiros tentassem a sorte contando, muito provavelmente, com a simpatia de autoridades locais. O controle político da Coroa Portuguesa parece ter sido marcado por um certo desleixo, característica que pode ser atribuída à pouca relevância econômica da colônia até a descoberta do ouro no século XVIII. Reafirmando esta posição, contra a argumentação de cunho idealmente político, a leitura das cartas régias e provisões que se dedicaram a repudiar as primeiras tentativas de ingresso da imprensa apontavam para a relevância das questões econômicas. Vejamos um trecho da ordem régia expedida para interromper as atividades de Antônio de Isidoro Lisboa, em 10 de maio de 1747.

(...) [No Estado do Brasil] não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras. (In: RIZZINI, 1945, p. 310)

Nos parece razoável pensar que a Coroa portuguesa interrompeu os negócios do impressor lisboeta com o objetivo de manter o monopólio da imprensa metropolitana. Se acreditarmos no laudo do historiador português, o negócio da impressão não ia lá muito bem em Portugal, o que explicaria a necessidade de monopólio: “Deve-se sublinhar que era grande o atraso tipográfico entre nós, relativamente aos mais evoluídos países europeus. Na verdade, por volta de 1820, Portugal continental só tem tipografias em Lisboa, Coimbra e Porto.” (TENGARRINHA, 1989, p. 133). Ve-

² Para informações mais detalhadas ver MELO, 2003, pp. 62-69.

jamos ainda como um dos mais importantes historiadores da imprensa brasileira, o general marxista Muniz Sodré sintetiza as motivações da dificuldade de instalação da imprensa: “O atraso da imprensa no Brasil (...), em última análise, tinha apenas uma explicação: a ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu” (SODRÉ, 1999, p. 28). Ao posicionar a colônia na periferia do capitalismo, o historiador insere sua narrativa no interior de uma linha evolutiva já determinada, onde as particularidades de nossa própria história se apagam. Para revelar tais particularidades é necessário distanciar-se da linearidade de uma narrativa externamente constituída sem, no entanto, deixar de considerá-la. Certamente, motivações políticas e econômicas são relevantes, mas não devemos transformá-las em motivações exclusivas. Dessa forma buscaremos posicionar o atraso da imprensa, que implica em um atraso na formação de uma consciência histórica própria, como ponto de partida para este aspecto distintivo.

Ao apontar as limitações de matrizes políticas e econômicas da historiografia, José Marques de Melo (2003) complexifica o discurso ao inserir a história da imprensa em um contexto mais amplo. A enumeração de uma série de fatores correlacionados que o autor aponta como causas “socio-culturais” para o atraso na instalação da nossa imprensa é suficientemente esclarecedora para expor sua tese: “a) natureza feitorial da colonização; b) atraso das populações indígenas; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) precariedade da burocracia estatal; f) incipiência das atividades comerciais e industriais; g) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos” (MELO, 2003, p. 113). Apesar de apresentar um visível deslocamento em relação à predominante vertente de explicação político-econômica, incluindo na análise uma perspectiva social e cultural mais ampla, o autor ainda mantém em sua revisão a mesma noção sedimentada dos primeiros historiadores de que a finalidade histórica da imprensa é a liberdade e o esclarecimento.

Apresentamos até aqui argumentos dos quais devemos nos distanciar, não só por partirem de uma certa percepção positivista da imprensa, mas por que propõem uma relação mecânica entre causa e efeito, cujo postulado tautológico limita as possibilidades de análise. Nesta lógica condições política, econômicas e culturais condicionaram o atraso da imprensa que, por sua vez protelou a independência política, econômica e cultural do Brasil, em outras palavras, o atraso leva ao... atraso! Ao considerarmos as relações intrínsecas entre história e imprensa, obtemos formulações como “historicamente atrasado”, que nos assombram até o presente. Para melhor compreendermos o significado do “atraso” se faz necessário considerá-lo, em primeiro lugar, como algo que se constitui a partir uma perspectiva externa. Apesar de reconhecermos as qualidades de um olhar externo, é preciso notar que é justamente deste modelo de olhar de onde parte a noção de atraso. A construção de uma narrativa histórica, a partir de uma normatividade externa, implica tanto em qualidades reveladoras quanto em “pontos-cegos”, sendo a ocorrência dos últimos reforçada pelo próprio sistema narrativo. Isto se traduz, por exemplo, na destacada posição ocupada pelos relatos de estrangeiros e viajantes em nossa historiografia e literatura, na ausência de uma dimensão diacrônica na história indígena ou em uma certa obscuridade que se encontra a história do Brasil colonial. Identificar as particularidades no processo de apropriação da imprensa no Brasil significa considerar, simultaneamente, sua posição como secundária e própria. Para tanto se faz necessário revisitar a própria historiografia disponível buscando por vestígios que revelem as particularidades desta posição secundária e os gestos de apropriação realizados a partir de uma lógica interna, ou seja, a partir de sistemas disponíveis anteriormente à imprensa.

Desviando-nos de motivações político-econômicas ou sócio-culturais, que acabaram por caracterizar o atraso como atraso, desejamos posicionar o atraso como base para se compreender traços característicos de um sistema literário no Brasil. Sabemos que as condições culturais dos nativos foram consideradas, comparativamente, como determinantes para a instalação de um aparato burocrático mais ou menos denso necessário ao domínio das metrópoles. Onde haviam culturas nativas mais desenvolvida (por exemplo, astecas no México ou incas no Peru) foram instaladas tipografias e escolas com objetivo doutrinário. Por contraste, onde os nativos não haviam atingindo um “alto grau de civilização”, o domínio não necessitaria da imprensa. Como os nativos encontrados em território brasileiro foram considerados primitivos, a imprensa não seria necessária. Não cabe

aqui questionar tal argumentação a partir de uma comparação com a América inglesa —que contava com nativos em “estágio civilizatório” similar ao dos indígenas brasileiros— ou de uma perspectiva antropológica contemporânea, capaz de descrever o “selvagem” com surpreendente sofisticação. É importante destacar que a ausência da imprensa permitiu o avanço e adequação de um sistema comunicativo oral pré-existente, que foi a base das relações sociais, econômicas e culturais que se travavam no Brasil colônia.

Recentemente, pesquisadores tem realizado reflexões críticas a propósito da historiografia da imprensa, desviando seus interesses de um saber cronológico e descritivo para aproximá-los de uma noção mais ampla de cultura onde os meios de comunicação ocupam a posição privilegiada para se compreender a diversidade das práticas sociais que caracterizavam o cotidiano da colônia e do Império. Dessa forma a história desloca-se de uma centralidade escrita para se aproximar de uma diversidade de formas de comunicação não-escritas presentes nas práticas cotidianas.

A historiografia brasileira tem dado ênfase, algumas vezes, para o surgimento dos veículos impressos, embora seja ainda precária a consolidação de uma história da imprensa. Mas não se dimensionou devidamente o peso dessas expressões manuscritas [cartazes, avisos, orações etc], verbais e gestuais (que permanecem após a consolidação da imprensa periódica) que, em geral, continham o que não podia ser impresso (ou mesmo falado) dentro dos limites vigentes e, ainda, permitiam envolver setores mais amplos que o público habitualmente leitor ou redator. É de supor a importância de tais manifestações públicas para a política vivida no cotidiano, numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual. (MOREL, 2005, p. 224)

Este deslocamento em direção ao cotidiano impõe uma investigação um pouco mais detalhada a propósito dos “meios coloniais de comunicação”, como assim os chamou em estudo pioneiro o historiador Carlos Rizzini (1946). Uma primeira percepção dos nativos brasileiros, marcada por uma espécie de piedade tipicamente religiosa, ignorava “a impossível civilização do gentio”, enfrentada com dificuldade por colonos, missionários e bandeirantes. Ao reler nossa narrativa inaugural —a carta de Pero Vaz de Caminha— é fácil identificar qual foi a estratégia de domínio do colonizador português. Esta primeira estratégia se estendeu, com crescente complexidade, pela maior parte do período colonial. De acordo com as palavras do escrivão, bastaria aos colonos “aprenderem bem sua fala e os entenderem”, pois os nativos seriam de tal forma “ingênuos” que “*imprimir-se-á* facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar”³. Dito em outras palavras, desde o início, o domínio da cultura nativa se realizaria pela fala, pela troca, pela conversa. Daí a origem do desleixo lusitano em instalar prensas e a preocupação com o controle dos impressos em circulação⁴, a “ingenuidade” nativa por um lado convidava à conversa e, por outro, apresentava a imprensa como perigo, pois poderia promover a associação a quaisquer discursos, inclusive aqueles que poderiam contrariar os interesses da Coroa.

A história nos ensina que estratégias de domínio nem sempre resultam em efeitos pretendidos. Encontramos em um instigante capítulo da história lingüística colonial uma relevante distorção decorrente da estratégia de domínio pela “conversa”. Ao comentar a formação e importância da chamada “língua geral” —nome dado à língua de origem tupi amplamente adotada no Brasil colônia ao longo dos séculos XVI e XVII— Sérgio Buarque de Holanda identifica uma significativa transformação: os colonos portugueses “teriam que renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem.” (Holanda, 2006, p. 141-42). A ausência de um sistema de comunicação capaz de estabilizar uma língua nacional e o baixíssimo número de indivíduos alfabetizados fez os colonos reféns de sua estratégia no contato com a vigorosa diversidade cultural e lingüística dos na-

³ Fonte: Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500, in AMADO & FIGUEIREDO, 2001, p. 71-122.

⁴ “Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual do Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem por em risco a estabilidade de seu domínio.” (HOLANDA, 2006, p. 129)

tivos. A renúncia da língua pátria é um sintoma da maior importância, pois demonstra uma radical alteração cultural, proporcionando não só o avanço de uma língua nativa híbrida, mas fixando a oralidade como sistema de comunicação principal na colônia.

Um dos efeitos mais visíveis desta questão encontra-se na relação com “assuntos externos”, ou seja, temas que atravessavam o Atlântico por meio de manuscritos e impressos. Poderíamos dizer que a predominância pragmática da oralidade gerou tal impermeabilidade a estes assuntos que, mesmo quando transmitidos oralmente, despertavam pouco interesse mesmo entre sua audiência potencial, assim como aponta Rizzini: “A tarefa dos novidadeiros — jornalistas de boca — não seria árdua, pois quase nada ocorria no universo que interessasse a reinóis e mazombos, e nada, absolutamente nada a índios e negros.” (1988, p. 176). A experiência cotidiana da comunicação colonial foi marcada pela presença e a gestualidade da conversa, neutralizando a potência de uma ação social à distância proporcionada pela imprensa. Abriu-se então um abismo entre a oralidade e a escrita, abismo este que, nas palavras de Freyre, se configurou como tarefa tardia da nossa literatura, tarefa esta ainda não completamente cumprida:

Ficou-nos (...) dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto — dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas — um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. (FREYRE, 1969, p. 207)

Numa comunidade de ágrafos e analfabetos são as principais características de um sistema oral —o corpo, a presença, a performance— que estruturam a comunicação colonial. Delas se depreendem as formas de apropriação do sistema escrito e impresso que aos poucos iria se inserir na colônia. Vejamos um exemplo desta apropriação a partir de uma descrição feita por Freyre da relação de proximidade “inadequada” que o cristianismo luso-brasileiro manteve com os santos. A partir de uma grande proximidade (corporal) surge uma curiosa prática que indica não só o uso pouco convencional, mas uma forma particular de produzir significados da escrita.

(...) tinha-se tanta liberdade com os santos que era a eles que se confiava a guarda das terrinas de doce e de melado contra as formigas:

‘Em louvor de S. Bento
que não venham as formigas
cá dentro’,

escrevia-se num papel que se deixava à porta do guarda comidas. (FREYRE, 1969, p. XLII)

A função pragmática de proteger o alimento faz prevalecer o manuscrito enquanto presença, a escrita se investe de uma qualidade presencial de onde se emana uma voz mágica que é capaz de afugentar os insetos. Temos aqui um curioso endereçamento animal: seriam as formigas capazes de decifrar tal pedaço de papel? Ou mesmo de ouvi-lo? O absurdo da questão pode nos levar à compreensão do que está em jogo na função da escrita na colônia. A escrita não é compreendida como *medium* capaz de transmitir intenções subjetivas, funciona como a invocação de uma voz que detém seu poder mágico. Em outro exemplo, Freyre aponta para a persistência da percepção mágica do manuscrito quando o sobrado se estabelece como primeiro sintoma de urbanização. Ao identificar o valor supersticioso atribuído a plantas, aves e outros animais nas varandas e nos quintais dos sobrados, pedaços de papel ocupam uma vez mais sua função mística: “E convém não nos esquecermos dos papéis com orações também profiláticas—guardando a casa de cidade dos perigos de ladrões, de peste, de malfeitor—que se pregavam às portas e às paredes” (FREYRE, 1961, p. 227).

Como vimos, a presença da Coroa Portuguesa se dava pela conversa, elevando as artimanhas da oralidade e da retórica como forma principal para se estabelecer relações de poder. No entanto a distância obrigava à Coroa utilizar-se da escrita. Impunha-se assim uma necessidade de constante

decodificação destas ordens e recomendações escritas por alguns poucos indivíduos capazes de tal, desdobrando-se em nova codificação para que as informações se introduzissem na dinâmica da conversa. Este processo de “recodificação” que resultava, grosso modo, em processos de ritualização, que marcaram a apropriação da escrita na colônia. As ordens da Coroa deveriam ser ritualizadas, ou seja, deveriam ser traduzidas em gestos, falas e imagens para que pudessem alcançar alguma eficácia. À elite letrada cabia esta tarefa de decodificar os escritos, recodificando seu conteúdo, para que resultassem em seu pretendido efeito de “ação social à distância”. É justamente este processo de que caracteriza a recepção do impresso nos primeiros séculos da colônia. Na ritualização, o caráter impessoal do impresso se personifica na caligrafia ou na enunciação. Mesmo no sistema educacional jesuíta, catecismos eram copiados manualmente para que pudessem servir aos poucos que se iniciavam na leitura. O impresso só poderia se realizar transfigurando-se para as práticas singulares da mão e da voz.

A leitura oral, pública e privada, era corrente em Portugal no Setecentos. Em Lisboa, d João V, quando doente, e seu sucessor, d, José I, adotavam o sistema de ‘ouvir ler’; lavadeiras, carregadores, moleques de rua juntavam-se para ouvir as histórias contados por cegos e adquirir folhetos de cordel. Em Coimbra, os estudantes, vários deles brasileiros, em suas casas e também pelas ruas, liam oralmente livros, emprestavam-nos, expunham e discutiam seus conteúdos, travando ‘disputas’, imergindo numa boemia literária (...) No Brasil, sucedia o mesmo, tanto que as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, editadas no início do século XVIII, proibiam não apenas a leitura de obras defesas, mas também *ouvir ler* as mesmas. (VILLALTA, 1997, p. 378-379)

Se no espaço público nascente foi necessária uma ritualização da escrita, seja para formigas ou para colonos, na intimidade da casa grande colonial é significativo notar a inexistência de diários, indicando a predominância da oralidade também nesta esfera. Tudo era confessado aos padres ou às mucamas mais próximas. Até mesmo troca de cartas parece ter sua função mitigada pela falta de institucionalização de suas práticas: “Sobre a primitiva prática postal há dados históricos interessantes. O público não queria saber de correio para nada. Obstou a introdução do terrestre e combateu o marítimo. Em mão própria iam as cartas a domicílio, de graça e secretas” (RIZZINI, 1988, p. 180). Estando escrita e leitura à margem da construção da individualidade, seus objetos ocupavam uma função estritamente pragmática, sendo sua conservação desconsiderada. Além das dificuldades impostas pelo clima, uma certa desfaçatez contribuiu para tornar escassa a nossa memória escrita⁵, obscurecendo a história colonial.

Sabemos, a partir de recentes pesquisas sobre o livro e a leitura no Brasil colonial⁶, que as restrições da Coroa não foram suficientes para impedir a circulação de impressos, fossem eles autorizados ou não. Lembremos também que o controle lusitano não impediu, e, até mesmo autorizou, a impressão na Europa de mais trezentos títulos de autores nascidos em território brasileiro⁷. Todavia, para a pequena comunidade letrada, a distância das tipografias relegou ao ostracismo muitas das obras que se intentaram publicar, provocando uma certa frustração aos autores que as escreviam, pois grande parte era publicada postumamente ou nunca chegavam a ser impressas:

Tolhidos pelo custo e distância das tipografias e pelas licenças da censura, segre-

⁵ “(...) os livros (...) tinham outros inimigos: o mofo, a traça, o cupim. Daí terem sido raros os livros e mss. guardados nas estantes ou nas secretárias das casas-grandes e sobrados patriarcais que passaram de avós a netos. Daí e, também do pouco amor da gente nova por livros, papéis e até retratos velhos que eram às vezes queimados nos fundos dos sítios em pequenos autos-de-fé.” (FREYRE, 1961, p. 228)

⁶ Na trilha do florescimento da história cultural, pesquisadores tem se dedicado ao estudo da imprensa, do livro e da leitura no Brasil. A publicação em 1997 pela Companhia das Letras dos volumes que compõe a “História da Vida Privada no Brasil”, inspirada em publicação francesa similar, confirma este florescimento. Citamos alguns dos pesquisadores que tem realizado valiosas pesquisas nesta direção: Márcia Abreu, Aníbal Bragança, Rafael Cardoso, Tania Bessone, Marco Morel, Isabel Lustosa, Luiz Carlos Villalta, dentre outros.

⁷ Assim como se pode verificar em Bibliografia brasileira do período colonial (Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808) de Rubens Borba de Moraes.

gados ou esquecidos nos armários oficiais, expiraram os melhores trabalhos artísticos e científicos da colônia. Exumados, continuaram mortos no seu obsoletismo, apenas vivos para os historiadores, como simples documentário da época e da geração que pretendiam orientar e instruir. (RIZZINI, 1989, p. 225)

Autores que não publicam, leitores escassos, pouca disponibilidade de títulos, alto valor dos materiais necessários à escrita, o vagar da navegação ao sabor dos ventos atlânticos, tudo parecia confabular para o limitado impacto da escrita e do impresso no sistema colonial. Enquanto nos centros onde a imprensa se instalou mais precocemente, o objeto impresso foi assimilado pouco a pouco como parte do cotidiano, pois bem ou mal tinha condições de ser produzido internamente, no Brasil ele se manteve extraordinário e raro, mágico e inexpressivo. Para manter seu empreendimento bastavam à Coroa alguns poucos papéis, livros e manuscritos. Apesar da proximidade geográfica, o comércio potencial entre as colônias não se realizou, pois a comunicação entre colônia-metrópole era infinitamente mais eficiente que a comunicação colônia-colônia. Os mercados editoriais locais que se configuraram eram extremamente reduzidos, o que resultava em um alto custo unitário, inviabilizando economicamente a impressão para comércio. Uma circulação mais constante de livros só veio a ocorrer com a maciça imigração portuguesa proveniente da corrida do ouro no início do século XVIII, em parte também impulsionada pela reforma educacional promovida pelo Marquês de Pombal: “Vários fatores concorreram para a escassez de livros na colônia até o ministério de Pombal: a ignorância do povo; a sujeição da diminuta gente letrada à cultura dos jesuítas; o medo às excomunhões e à Inquisição; a barreira da censura literária, e a falta de livrarias” (RIZZINI, 1989, p. 233). Premidos pela escassez e pela dificuldade de publicação, os letrados se isolam em espaços secretos onde consolidam seus hábitos longe do pragmatismo da ritualização, da visão e ouvidos de um público ignorante.

O isolamento das primeiras agremiações literárias não parece ter suas razões apenas nos olhos vigilantes da Coroa ou nos primeiros passos da ascensão de uma nova classe burguesa, que já estaria a germinar uma nova forma de subjetividade. O espaço público colonial era de tal forma avesso às meta-discussões suscitadas pelo impresso que estes espaços segregados surgem como refúgio, como espaço preenchido por protocolos e silêncios próprios ao *medium*. A autonomia desejada pelos letrados dependia de um tipo de ritualização silenciosa, que não permitia a dissonância e a polifonia que vinha das ruas. No entanto, as dificuldades encontradas pela produção, circulação e recepção de textos escritos e impressos na colônia afastavam os membros da comunidade letrada de uma atividade propriamente autoral. Se dedicava mais à leitura resignada ou a tradução necessária do que à elaboração de grandes obras. Predominava a leitura e a cópia, a tradução e a adaptação. Parecem ser distorções parecidas às das práticas de leitura ou tradução, que marcam o movimento de apropriação da imprensa. A ausência de máquinas fez persistir práticas “extemporâneas”: na ausência da tipografia, a mão e voz eram amplamente utilizados. Enquanto o impresso apresenta uma certa impessoalidade universalizante, o manuscrito e a oralidade mantêm aspectos singulares e heterogêneos. Na colônia sem prensas a escrita se distorcia no movimento da mão, a ordenação do impresso desfazia-se na performance necessária para sensibilizar a audiência. Em outras palavras, uma forte presença corporal marcou a inserção da escrita e da imprensa em nosso sistema de comunicação colonial.

Se a posição periférica permitia que apenas uma pequena parcela da população se relacionasse com representações “centrais”, enquanto a maioria parecia avessa a quaisquer acontecimentos que ultrapassassem sua experiência imediata, com a chegada da corte e a presença do rei, o eixo se desloca, o centro se aproxima. O “atraso” em que se encontrava a colônia era incompatível com a burocracia e com os hábitos cortesãos, sendo necessário um processo de sincronização e ordenação imediata. Daí a grande derrama de cartas régias em 1808. Daí também a necessidade de se institucionalizar um sistema de comunicação baseado na escrita: a criação da Imprensa Régia e outras instituições que visavam amparar o novo sistema de comunicação imperial (escolas, faculdades, bibliotecas, institutos etc). Buscavam-se ações para fortalecer a centralidade do Estado através da institucionalização da escrita. Com a chegada da corte, a percepção do “atraso” impôs um ritmo acelerado para vida cotidiana. Os prelos logo se sincronizariam a este novo ritmo. É importante no-

para vida cotidiana. Os prelos logo se sincronizariam a este novo ritmo. É importante notar que a formação de um público leitor mais abrangente acompanhou o desenvolvimento e popularização da imprensa ao longo do XIX. Foram necessárias algumas décadas para que se alcançasse uma estrutura mínima capaz de formar de uma sociedade leitora⁸.

A escrita e a imprensa possibilitaram ao Estado estender seus braços até o desconhecido ser, mesmo as fronteiras mais longínquas não escapariam ao escrutínio do discurso científico e da cartografia. Contudo, um vigoroso sistema oral havia se consolidado desde a colônia, e os sintomas de sua resistência nunca cessaram de surgir. A própria dificuldade de universalização do letramento, fato que teima em nos assombrar até o momento contemporâneo, não deve, com quem alguns, ser atribuída simplesmente à uma incompetência estatal. As restrições à escrita e à imprensa produziram uma relação contraditória com seus objetos que vão da percepção mágica ao desprezo, mas foi a sua transfiguração em performance oral que predominou como movimento capaz de vivificar seus conteúdos. No entanto, a predominância da oralidade pode se infiltrar de forma perversa em um sistema intelectual, como aponta de forma contundente Luiz Costa Lima:

Mas o que significa termos uma cultura de dominância oral, numa civilização da escrita? Significa que, no caso, a palavra é escolhida e a frase composta de maneira a suscitar um efeito que se quer o mais imediato possível. (...) [Na cultura auditiva] a dominância oral significa que a escolha das palavras e a composição das frases visam a suscitar um efeito de impacto sobre o receptor, sem que este se confunda com uma recepção propriamente intelectual.” (1981, p. 15-16)

Apesar da notável agudeza da crítica, faz-se necessário incorporar positivamente um conhecimento tradicionalmente baseado na oralidade para se escapar do efeito perverso e persistente que a noção de atraso nos relega. Ao reagir às contradições sociais, explicitando o vazio que se abre entre o texto escrito e o cotidiano oral, emerge em nosso sistema literário uma verve cômica, herdeira da anônima voz popular, capaz de impulsionar reflexões que se direcionam ao próprio impresso e sua distante relação com a sociedade. É como se formassem, sobre os impressos do século XIX, dobras de oralidade que se mostram de forma cômica e corrosiva nos epigramas satíricos, nos traços da caricatura, nas anedotas jocosas, nas cenas de comédia. Tais dobraduras parecem se condensar na figura do tipógrafo, editor e autor Francisco de Paula Brito (1809-1861). A Sociedade Petalógica, clube “litero-humorístico” fundado informalmente pelo editor, promovia o encontro entre a pose do bacharel e a ginga do músico popular, manifestando como programa uma fórmula paradoxal: “contrariar os mentirosos, mentindo-lhes”. “A palavra ‘petalógica’ vinha de pêta, mentira, – mas naqueles dias românticos supunham-na derivada de pétala os não iniciados que dela ouviam falar. João Caetano ria! As pétalas da Petalógica! Machado ria.” (FONSECA, p. 102). A partir desta citação podemos inferir dois significados para “peta”, um principal, claramente indicado —mentira—, e um significado secundário —podridão. As “pétalas da Petalógica” tornam-se mais hilárias quando relacionadas a este significado secundário, se pensarmos, com a história do riso de Bakhtin, no mau cheiro do “baixo material corporal”. Parece estar na aproximação paradoxal promovida entre mentira e verdade, cômico e sério, popular e elite, corpo e escrita, oralidade e literatura, uma tentativa possível de libertar letra e voz da maldição do atraso.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luiz Carlos (orgs.). *Brasil 1500. Quarenta documentos*. Brasília:

⁸ Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura como tipografias, livrarias, bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema (...) (LAJOLO & ZILBERMAN, 1999, p. 18)

lia: Editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Brasília: Hucitec, Editora UnB, 2008.

BARBOSA LIMA SOBRINHO. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (2 v.)

COSTA, Hipólito da. *Correio Brasiliense*. Vol. 1, Outubro de 1808.

FONSECA, Gondim da. *Machado de Assis e o hipopótamo: uma revolução biográfica*. São Paulo, Editora Fulgor Limitada: 1960.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

HALEWELL. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda. Ensaio sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. 1500-1822. Com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988 [1946].

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

i Bruno Guimarães MARTINS, Prof. Ms., Doutorando.

Professor Ms. no departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando no programa de pós-graduação do departamento de letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

E-mail: brunomartins@ufmg.br